

Economia Verde no Brasil: a privatização da Mata Atlântica

Projetos de REDD e áreas protegidas, e seus impactos sobre mulheres e homens em comunidades tradicionais no litoral do Paraná

Winfriidus Overbeek ¹

“Se fosse só os Caiçara, a floresta ficaria em pé”
Morador de comunidade Caiçara

A mata ou floresta atlântica no Brasil é um dos biomas mais ricos em biodiversidade do planeta. Ela costumava cobrir a maior parte da região litorânea do país. Mais do que a floresta Amazônica, a mata atlântica sofreu um processo brutal de destruição, por estar localizada nas regiões onde, a partir de 1500, o processo de colonização e exploração da terra não só iniciou-se, mas consolidou-se mais. Hoje, com apenas 7% da área original, a mata atlântica é o bioma mais ameaçado do país.²

A região litorânea do Paraná, especialmente os municípios de Antonina e Guaraqueçaba, é um dos cartões-postal deste estado localizado no sul do Brasil. Isso por estar coberta com a maior área contínua de mata atlântica do estado e do país. Este fato está diretamente ligado à presença de populações tradicionais e suas práticas de conservação.

Entretanto, a sobrevivência dessas populações está sendo seriamente ameaçada por iniciativas privadas de apropriação de áreas florestais na região para diversos fins. Neste artigo, dedicamo-nos em especial a duas: uma de comércio de créditos de carbono, nos moldes do mecanismo REDD, promovida pela ONG brasileira Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS); e outra para preservar a floresta e biodiversidade numa reserva chamada “Reserva Natural Salto Morato”, de propriedade da Fundação Boticária.

Neste artigo, tratamos dos impactos dessas iniciativas sobre as mulheres e homens das comunidades tradicionais na região, e buscamos alertar como essas iniciativas se articulam com a proposta da *economia verde*, em pauta na Conferência Rio+20.



¹ Winfriidus Overbeek es el coordinador internacional del Movimiento Mundial por los Bosques (WRM), integra además la “Red Alerta Contra el Desierto Verde” de Brasil, país donde reside actualmente. Artigo baseado em visitas a campo em julho de 2011 e fevereiro de 2012

² <http://www.sosma.org.br/index.php?section=info&action=mata>

Um histórico de “bem viver”

Desde o processo de colonização da região, no século XVI, até os dias de hoje, o litoral paranaense tem sido povoado por comunidades tradicionais: caiçaras, quilombolas e indígenas. Hoje em dia, há dezenas de comunidades de tradição caiçara em Antonina e Guaraqueçaba, além de duas comunidades quilombolas, Batuva e Rio Verde, e uma comunidade indígena Guarani-Mbyá, na Terra Indígena chamado de Cerco Grande, localizado no município de Guaraqueçaba.

As comunidades ‘caiçaras’³, são encontradas entre os estados do Rio de Janeiro e Paraná, são oriundas da miscigenação de indígenas com os primeiros colonizadores portugueses, e caracterizam-se por serem agricultoras e extrativistas. Historicamente, elas convivem de modo respeitoso com a mata, onde produzem seus alimentos de subsistência no sistema de pousio ou “descanso” da terra. Ou seja, preparam uma área de mata para fazer suas roças diversificadas e abandonam, após um determinado tempo, a mesma para que a mata e a fertilidade do solo possam se recuperar. Nesse sistema, a produção de mandioca para farinha sempre teve destaque. Além disso, os caiçaras tiram da mata atlântica o palmito para sua alimentação, cipó para fazer artesanato e madeira para a construção de moradias, cercas e canoas para a pesca. Praticam a caça e a pesca também para alimentar suas famílias. Possuem e buscam manter uma tradição musical própria, a fandanga, com instrumentos feitos a partir de matéria prima da mata atlântica.

As comunidades quilombolas são mais de 2000 comunidades espalhadas pelo país⁴, sendo que centenas se localizam nas áreas de mata atlântica onde costumam praticar uma agricultura diversificada de pequenas roçadas, além do extrativismo, da caça e da pesca, convivendo com a natureza da qual sobrevivem. Mantêm suas festas e danças próprias. São comunidades negras que surgiram há centenas de anos como expressão de resistência contra o sistema escravista e em busca de uma vida autônoma, com liberdade. Conforme o artigo 68 da Constituição Federal de 1988, as comunidades quilombolas têm direito a suas terras, e esta tem sido sua luta principal. As comunidades em Paraná ainda não têm suas terras demarcadas.

Uma terceira população tradicional muito presente na mata atlântica são os povos indígenas. No caso do litoral do Paraná, é o povo Guarani, presente em todo o Sul e Sudeste do Brasil e também na Argentina, Paraguai e Bolívia. Os Guaranis vivem em comunidade num grande território, chamado *Tekoa Guasu*, estabelecendo fortes relações entre si. O “caminhar”, *Oguata*, tem um caráter religioso, e vem da ideia sair em busca da “terra sem males”, *Yvy marany*. Isso explica a chegada de um grupo Guarani na região, há alguns anos. Eles ocuparam uma área perto da cidade Guaraqueçaba, abundante em florestas e cercada por água.

A terra para os Guaranis não é um mero meio de produção, trata-se de um *Tekoa*, um lugar onde o Guarani pode realizar seu modo de vida. Para isso, precisa de mata, de água boa, de caça, de pesca. Por isso, deu-se aos Guaranis também o nome de *Ka’aguaygua*, o que significa “aqueles que pertencem à floresta”.⁵

A comunidade Guarani-Mbyá no município de Guaraqueçaba lutou anos para conseguir a regularização do território ocupada, um processo quase concluído, conforme afirma o cacique da aldeia.

Percebe-se que para viver seu modo de vida, todas essas comunidades tradicionais, sejam elas caiçaras, quilombolas ou indígenas, dependem totalmente da floresta e, por isso, construíram com ela uma convivência harmoniosa. O fato de que essa região está tão bem conservada é prova da presença ativa dessas comunidades, muitas vezes vivendo de forma isolada, porém com fortes laços entre si e vivendo em liberdade.

³ <http://www.ilhabela.com.br/CULTURA/index.html>

⁴ <http://www.cpis.org.br/comunidades/>

⁵ CIMI, Dossiê da Campanha Internacional pela demarcação das terras indígenas Tupinkim e Guarani, 1996.

Historicamente, as comunidades nunca se preocuparam em registrar ou cercar as terras onde moram, já que consideravam esse território coberto de florestas, rios, manguezais, ilhas e áreas alagadas, como uma área de uso comum, de usufruto de todos. As terras são, na sua maioria, devolutas⁶ e sobre as quais as famílias conseguiram manter suas posses, repassadas de geração em geração. Trabalhavam no território, às vezes de forma individual, por família, e às vezes coletivamente, nas roças itinerantes.

A invasão do território das comunidades

Fazendeiros

A primeira grande mudança na região ocorreu a partir dos anos de 1960, com a chegada de madeireiras e, sobretudo, de fazendeiros. Estes começaram a registrar e se apropriar das terras, muitas vezes utilizando-se da grilagem, uma prática comum nas áreas rurais do Brasil. Significa que forjaram a documentação da terra junto a cartórios de registro de terras da região. As famílias das comunidades foram ameaçadas e, muitas delas, expulsas de suas áreas. Os fazendeiros usavam ‘jagunços’ e até mesmo búfalos para invadir e tomar as propriedades dos pequenos agricultores. A utilização da criação de búfalos nessa região, em vez do gado bovino, deve-se ao fato de este ser um animal mais rústico e, portanto, mais adequado para conviver com o ambiente local nas áreas desmatadas, periodicamente alagadas e, em geral, de difícil acesso e locomoção.

A SPVS

Mais tarde, no final dos anos de 1990, a SPVS chegou à região e em parceria com a ONG estadunidense TNC (*The Nature Conservancy*) começou a comprar grandes áreas dos fazendeiros. Ela também conseguiu comprar algumas áreas dos posseiros, sobretudo daqueles que se sentiram mais pressionados pela ação dessa organização. Ao todo, sua área abrange hoje cerca de 18.600 hectares nos municípios de Antonino e Guaraqueçaba: as reservas naturais de Rio Cachoeira (8.600 ha), no município de Antonina; Serra do Itaqui (6.700 ha), no município de Guaraqueçaba; e o Morro da Mina (3.300 ha), também no perímetro do município de Antonina, sendo que esta última foi doada em 1995 à TNC, por uma mineradora que atuava na região.

Essas áreas têm hoje o status de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).⁷ Trata-se de áreas privadas que têm como objetivo preservar a biodiversidade e onde a caça, pesca e quaisquer outras atividades extrativistas são proibidas⁸. Essas reservas fazem parte de uma área maior que busca preservar a mata atlântica de toda a região: a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, com 314 mil hectares. Uma APA é uma área onde a ocupação e a exploração de recursos naturais são permitidas, mas seguindo normas que garantem a proteção ambiental.⁹

A SPVS conseguiu adquirir suas áreas através da parceria com a TNC, mobilizando recursos de três empresas americanas, a *General Motors*, a *American Electric Power* e a *Chevron*, com um objetivo primordial e de especial interesse dessas empresas: o carbono “estocado” nessas áreas. A TNC afirma que as empresas investidoras “destinaram, entre 1999 e 2001, US\$ 18 milhões para a implantação, execução e manutenção dos projetos brasileiros ao longo de 40 anos.”¹⁰ Desta forma, em 1999, anos antes do lançamento do mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), um dos primeiros projetos de carbono em áreas de floresta no mundo já havia iniciado.

⁶ Terras sem títulos, por isso pertencentes ao Estado que deveria destinar as mesmas para a agricultura em pequena escala de alimentos, para que as terras cumprem sua função social. Não podem ser repassadas a grandes proprietários, no entanto, esses têm se apropriado, muitas vezes com uso de violência, dessas áreas, forçando a documentação, um processo fraudulento também chamado de “grilagem”.

⁷ <http://portugues.tnc.org/comunicacao-midia/destaques/em-tupi-guarani-guaraquecaba.xml>

⁸ <http://www.infoescola.com/meio-ambiente/reserva-particular-do-patrimonio-natural/>

⁹ http://www.ambiente.sp.gov.br/apas/oque_apas.htm

¹⁰ <http://portugues.tnc.org/comunicacao-midia/destaques/em-tupi-guarani-guaraquecaba.xml>

Segundo a TNC, já foi possível restaurar 1.500 hectares de mata atlântica. Gilberto Tiepolo, coordenador dos projetos de carbono florestal da TNC, explica que “o incremento da biomassa vegetal por meio da manutenção de áreas com florestas em bom estado de conservação e do plantio de árvores captura o dióxido de carbono da atmosfera e colabora para amenizar o aquecimento do planeta”.¹¹ Se por um lado, o carbono emitido, por exemplo, por Chevron é igual ao carbono que as árvores nos projetos da SPVS absorvem, em termos da crise climática os dois carbonos são bem diferentes; isso porque o carbono emitido pelo petróleo da Chevron, aumenta a quantidade total de carbono presente na atmosfera, na vegetação, no solo e nos mares, enquanto o carbono absorvido nos projetos da SPVS/TNC são remoções de carbono, no máximo, temporários, incapazes de “amenizar o aquecimento do planeta”. Na verdade, a quantidade total de carbono e com isso o aquecimento do planeta, tende a aumentar.

Em relação à quantidade de carbono que os projetos supostamente estariam removendo da atmosfera, circulam diferentes dados na internet. Em um artigo de 2010 da Revista Visão Ambiental, entrevistando a SPVS, é afirmado que o projeto já teria removido 860.000 toneladas de carbono da atmosfera, também é estimado pela SPVS que ao longo dos 40 anos estaria evitando a emissão de 370.000 toneladas.¹² Num outro artigo da própria TNC Brasil de 2012, é afirmado que desde que o projeto foi implantado, o mesmo absorveu 322.401 toneladas, ou seja, menos 539.599 toneladas do que foi citada na outra fonte. Além disso, o segundo documento revela mais outros dados, por exemplo, que os projetos da SPVS, ao longo de seus 40 anos, estariam armazenando 1.340.000 de toneladas de CO₂, distribuído entre 801.000 toneladas de áreas preservadas e 543.000 toneladas de áreas restauradas, além do fato que os projetos preservariam as matas e florestas em geral.¹³

Na verdade, “estimativas do volume de carbono estocada nas várias áreas florestais variam consideravelmente” e “níveis de erro de 50% ou mais não são incomuns”.¹⁴ Além disso, nos projetos REDD os cálculos de carbono armazenado se baseiam numa situação de referência hipotética no qual o projeto não tivesse acontecido. Já que se trata de uma situação hipotética, é impossível ter um cálculo preciso do carbono que efetivamente estaria sendo removido da atmosfera pelo projeto.

Mesmo assim, o site da SPVS¹⁵ divulga que, segundo o Serviço Florestal Brasileiro, o projeto está na categoria de “ações de REDD que têm gerado bons resultados”. E segundo a TNC, trata-se de “um modelo pioneiro de projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) que têm ajudado a mostrar caminhos para o desenvolvimento dos municípios que compõem a APA.”¹⁶ Nessa lógica, os créditos advindos do carbono “armazenado” seriam aproveitados pelas três empresas dos Estados Unidos, que financiam a SPVS, para “compensar” uma parcela das suas emissões de poluentes.

A Fundação Boticária

A Reserva Natural Salto Morato foi criada pela Fundação Boticário, fundação que pertence ao Grupo Boticário, uma empresa brasileira do ramo de produtos de beleza. A Reserva tem 2.253 hectares, inclusive uma queda de água de cerca de 100 metros. A área foi comprada em 1994 com apoio da TNC.¹⁷

¹¹ <http://portugues.tnc.org/comunicacao-midia/destaques/em-tupi-guarani-guaraquecaba.xml>

¹² http://www.revistavisaoambiental.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=643:projeto-de-carbono-colabora-com-o-desenvolvimento-sustentavel-de-comunidades-no-parana&catid=5:noticias&Itemid=5

¹³ <http://portugues.tnc.org/comunicacao-midia/destaques/em-tupi-guarani-guaraquecaba.xml>

¹⁴ Kill, Jutta, “O REDD+ e os mercados de carbono: dez mitos detonados”. Fern, 2011

¹⁵ http://www.spvs.org.br/download/boletins/bol_jan10.html :

¹⁶ <http://portugues.tnc.org/comunicacao-midia/destaques/em-tupi-guarani-guaraquecaba.xml>

¹⁷ http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt-br/paginas/o-que-fazemos/areas-protetidas/reserva/default.aspx?idareaprotetida=6&titulo=reserva_natural_salto_morato

O Grupo Boticário se considera um pioneiro em questões de “sustentabilidade”, anunciando no seu site que *“Há 21 anos, muito antes da sustentabilidade se estabelecer como prioridade na agenda das grandes corporações, nosso envolvimento com a questão ambiental já se expressava por meio da criação do que é hoje a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza.”*¹⁸

A Fundação Boticário se articula com outras ONGs como, por exemplo, a SPVS e TNC na iniciativa “Observatório do Clima”. Na introdução desta iniciativa, dão uma grande importância ao chamado *mercado de carbono*, chamada da iniciativa mais “*contundente*” para atacar as mudanças climáticas. Afirmam que:

“Na área econômica, a iniciativa mais contundente de combate à mudança do clima está representada pelo mercado de carbono, que negocia os chamados créditos de carbono em bolsas de valores ou em negociações associadas a projetos de redução de emissões em países desenvolvidos e em desenvolvimento, muitas vezes com financiamento de instituições internacionais. A evolução desse mercado mostra que países em desenvolvimento como o Brasil tem papel importante nas iniciativas.”¹⁹

Impactos sobre as comunidades

As iniciativas no litoral do Paraná, tanto da SPVS, quanto da Fundação Boticária, têm causado impactos negativos sobre as comunidades locais residentes em torno das reservas em questão, apesar de que a TNC afirma que hoje encontra-se na região uma situação de *“recuperação visível da mata e animais”* e *“famílias que vivem da caça e da pecuária colhendo resultados econômicos concretos de atividades compatíveis com a conservação do patrimônio natural”*.²⁰



¹⁸ <http://www.grupoboticario.com.br/institucional/Paginas/institucional.aspx>

¹⁹ http://www.oc.org.br/index.php?page=Conteudo&id=1&expanddiv=menu_1

²⁰ <http://portugues.tnc.org/comunicacao-midia/destaques/em-tupi-guarani-guaraquecaba.xml>

Na realidade, a chegada da SPVS e da Fundação Boticária constituiu um verdadeiro golpe para as comunidades. Foi a partir da privatização das áreas compradas por essas organizações que as comunidades do entorno começaram a perder o acesso à floresta abundante na região, a cachoeiras, manguezais e rios - ou seja, começaram a perder liberdade, autonomia, o direito de ir e vir e, sobretudo, de manter suas economias locais e exercer o seu modo de vida.

Além dos impactos sobre os homens buscamos ouvir no trabalho de campo para este artigo as mulheres porque, como uma moradora das comunidades diz, “*para as mulheres com certeza é mais difícil. A gente fica com mais medo. As mulheres ficam mais em casa*”.

Perseguição

Na região sempre atuava a policia ambiental, mas, conforme afirmam as pessoas das comunidades vizinhas das áreas da SPVS e Fundação Boticária, nunca perseguiam a comunidade como tem acontecido depois da chegada dessas entidades. Quase todas as famílias na região têm histórias para contar sobre os abusos da policia ambiental, no Paraná hoje em dia chamada de Força Verde que, de forma articulada com as ONGs citadas, têm amedrontado as famílias.

As mulheres são especialmente afetadas, já que ficam mais expostas porque são elas responsáveis pelas tarefas domésticas e pelas crianças pequenas enquanto os maridos costumam sair mais em busca de trabalho. Há muitos relatos das mulheres sobre a atuação da Força Verde, de como policiais armadas entram nas suas casas sem possuir a devida autorização judicial para isso.

Uma moradora do município de Antonina, vizinha da SPVS, afirma que “*eles não chegam aqui conversando, já chegam perturbando*”. Ela conta que:

“Aqui em casa eles vieram, eu não estava, tinha saído para entregar uns convites (..) aí eles subiram para minha casa, minha filha estava sentada ali tomando café. Não bateram na porta, já foram direta para a janela. Minha filha se assustou. (..) Aí quando voltei lá de cima, eles já tinham andado praticamente minha quintal inteira, sem pedir permissão (...) Não sabia que já tinham entrada na minha casa. Aí, com aqueles aparelhinhos [*de gps*], comigo não fizeram, fizeram com minha filha (..) mostrava para minha filha, mostrava para ela, falavam: “seu pai tem duas espingardas dentro de casa, onde está? Fala com titio onde está?” (...) aí eles me perturbaram bastante, eles queriam entrar dentro de casa, eles fizeram um barbarizada mesmo. (..) E só eu em casa. Eu e meus filhos, sem meu marido, ele estava trabalhando fora.(...) a gente no meio de seis homens ali. Daí ele falou se você não entregar [*a espingarda*], a gente vai pegar teu marido. Ai eu peguei a espingarda e entreguei.”

Ouvimos diversos relatos de mulheres sobre como seus maridos foram presos. A moradora acima citada conta que uma vez seu marido foi algemado em casa pela Força Verde, que disse que era o “*serviço*” deles. Em outra ocasião, quando ele cortou uma árvore para fazer uma canoa, ele ficou preso por 11 dias. Para sair, teve que pagar fiança. Quando o marido é preso, aumenta ainda mais a insegurança e medo das mulheres.

Moradores da comunidade de Morato, vizinhos da Fundação Boticária, afirmam que a polícia está direto na comunidade. Uma moradora, conta como o pessoal entrou na casa da avó dela de 80 anos:

“Minha avó tem pressão alta, ela não passou bem. Ela ficou nervosa. Ela tinha carne de porco e frango, em cima da forneira. Entraram com tudo sem pedir licença, sem nada, mexendo em tudo para ver o que tinha. Ela estava na cozinha como sempre. Assustaram [*ela*]. Minha avó não passou bem. E agora, vai falar alguma coisa para eles. Vai preso!”

Na comunidade quilombola de Batuva, um morador foi preso por ter tirado madeiro. A prisão de outro morador quilombola chamou a atenção pelo tempo que ele ficou preso. Foram 47 dias na prisão, acusado de ter matado um animal silvestre.

A revolta do povo é ainda maior quando percebe que os grandes proprietários não recebem o mesmo tratamento, enquanto são eles e não as comunidades que fazem grandes derrubadas de mata nativa, por exemplo para plantar palmeira para explorar o palmito.

O direito do uso da floresta

Houve um caso de um morador da comunidade quilombola de Rio Verde que cortou uma árvore nativa e um grupo de policiais, contando com o transporte concedido pela Fundação Boticária, foram até a sua propriedade para prender a madeira, alegando que ele não tinha autorização para efetuar o corte. O morador que precisava reformar sua casa urgentemente teve a madeira apreendida e ficou sem condições de fazer a reforma.

Ocorre que este morador tem sim direito de cortar árvores nativas enquanto membro de uma comunidade tradicional. A lei federal 11.428 de 22/12/2006 garante às comunidades tradicionais o uso da floresta para fins de subsistência. Baseada nesta lei, a resolução 007 de 18/04/2008, elaborado pelas autoridades estaduais de Paraná, garante que o morador de comunidade tradicional tem direito a 15 m³ de madeira por ano, desde que não seja madeira de espécies consideradas em extinção. No caso acima citado, tratava-se de guaricica, uma espécie que não é ameaçada de extinção.

Um policial ambiental ouvido sobre este caso alega que o morador precisa fazer cadastro e que isso seria, segundo ele, algo bastante simples: basta levar a documentação do seu terreno para o órgão competente para fazer o cadastro. Acontece que isso é difícil, ou até impossível, para a maioria das famílias, uma vez que costumam ser posseiros sem o título da propriedade registrada em cartório. É um exemplo de legislação elaborada sem a participação daqueles que a lei pretende beneficiar. Isso, nesse caso, acaba causando um processo de perseguição inaceitável por algo que é um direito.

E leva a outras situações de desespero, por exemplo, de um morador com uma área plantada com palmito-juçara, uma espécie nativa. Ele afirma que não pode mais cortar essas árvores, mesmo tendo elas plantadas em seu próprio terreno.

Problemas de saúde

A impossibilidade de fazer roça no sistema de pousio, de caçar e pescar, e praticar a medicina tradicional, gerou uma situação em que alimentos básicos saudáveis, sem agrotóxicos, que antes eram garantidos através dessas atividades, não podem mais ser consumidos. Em vez disso, as famílias precisam comprar a maioria dos alimentos básicos, muitas vezes contaminados com agrotóxicos. Segundo as mulheres, essas mudanças na base alimentar explica o surgimento de novos problemas de saúde.

Uma moradora antiga conta que antes “o povo vivia mais sossegado”. A comunidade produziu sua própria alimentação. A dificuldade hoje das famílias produzirem sua própria comida é por falta da área. Ela complementa que “Não tinha doença que tem agora, não tinha. A doença era sarampo, tosse cumprida, que toda vida teve, varicela, catapora. Mas essas doenças de diabetes, artrite, artrose, trombos, não tinha nada, ninguém tinha nada.”

Para ter dinheiro para poder comprar alimentos constitui-se em mais uma pressão para as pessoas saírem das comunidades em busca de trabalho.

Forçado a buscar trabalho fora e promessas não-cumpridas

A perseguição provocou uma situação em que as comunidades se sentem “presas” e “acudadas” na própria casa, cercados por uma floresta que apenas possam admirar, mas onde não podem entrar adentro e cujos benefícios não podem aproveitar. Questionados sobre se os projetos conservam a mata, moradores afirmam que quando tinham suas roças perto de casa, tinha muita mais caça porque também as caças se alimentavam com os alimentos cultivados. Mas hoje não podem mais cultivar e as caças se afastaram.

Mas nem tudo mundo aceita essa situação. Questionado se ainda consegue fazer roça no sistema tradicional de pousio, um morador responde assim: *“Escondido sim, por debaixo dos panos, e coisa pequena, só para sobreviver, para consumo. Planto feijão para consumo, para minha casa. Planta feijão, planta banana, mandioca, inhame, batata. Mas também, não adianta muito plantar. Tudo debaixo da mata porque a gente tem medo.”*

Não concordam de jeito nenhum com a afirmação de que seu uso tradicional da floresta estaria pondo o futuro da mesma em risco. Por exemplo, em relação a um dos alimentos mais comuns e apreciados pelas comunidades, o palmito, uma moradora afirma: *“Aqui mesmo, aqui em redor da casa tem muito palmito, a semente cai no chão; às vezes a gente joga pelas matas, mas não pode colher depois, a gente não pode colher.”*

É por isso que muitos moradores, os homens, mas também as mulheres, são forçados a vender sua força de trabalho para fazendeiros na região ou buscar serviço nas pequenas cidades na região ou no capital.

Garantir um salário trabalhando na SPVS tampouco é uma opção relevante para as comunidades. Na sua chegada, a SPVS prometeu empregos que durariam cerca de 40 anos, o mesmo tempo de existência previsto para o projeto de carbono. Segundo os moradores, inicialmente, a SPVS empregou 47 pessoas da comunidade, na sua maioria como guardas florestais, mas hoje sobram apenas poucas pessoas. Ex-empregados contam que a grande maioria foi demitida, restando apenas sete funcionárias. Além disso, os salários pagos eram e são bastante baixos, pouco mais de um salário mínimo. Apenas três dos 47 funcionários iniciais eram mulheres com salários ainda menores que os dos homens. No caso da Fundação Boticária não é muito diferente. Segundo moradores da comunidade de Morato, apenas 6 pessoas estariam sendo empregados.

Enquanto a classe média de Curitiba tem comprado casas em áreas na região para passar seus finais de semana e feriados, várias famílias das comunidades locais têm desistido de continuar vivendo no local, contribuindo para o esvaziamento das comunidades. Entretanto, há também casos de famílias que retornaram para suas comunidades, devido à dificuldade de se adaptar à cidade. Uma moradora que já morou um tempo na cidade e depois voltou conta que: *“(.) prefiro aqui, aqui tá sossegado. Mas (..) dá para gente fazer mais nada.”*

As promessas de melhoria das condições de vida e geração de renda, feitas pelas SPVS, resultaram em algumas iniciativas, que foram se esvaziando ao longo dos anos. Um trabalho de organização de um grupo de mulheres em torno do propósito de gerar renda através de corte-costura funcionou algum tempo, mas hoje está parado, segundo os depoimentos de várias mulheres das comunidades. Apenas um trabalho de produção de mel pela SPVS parece ter dado certo, porém não envolve diretamente as comunidades mais impactadas.

Árdua luta pela própria terra

No entanto, as comunidades continuam resistindo à pressão da SPVS e da Fundação Boticária, que só pode ter como objetivo a expulsão de todas elas. Uma comunidade organizou-se de forma especial. No início da década passada, em uma das localidades no município de Antonina, um fazendeiro queria vender sua área para SPVS, o que poderia levar à expulsão de todas as famílias que viviam no local. Elas se organizaram e com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizaram, em 2003, uma ocupação. Atualmente, há 20 famílias no local lutando pela oficialização do acampamento, que tem o nome do ambientalista José Lutzenberger, em assentamento de Rio Pequeno, para que seja um assentamento da reforma agrária.



Resistiram a uma forte campanha contrária pela SPVS que produziu um relatório em que afirma que:

“Inúmeros dados, de ordem técnica, econômica e histórica, mostram que isso (novos assentamentos rurais) é inviável. Admitir mais assentamentos na APA de Guaraqueçaba representaria a abertura de um perigoso precedente, com sérias consequências ambientais e socioeconômicas. Além disso, as famílias eventualmente assentadas estariam condenadas a uma experiência com chances de sucesso muito reduzidas, uma vez que a região tem baixa aptidão para a atividade agrícola”.²¹

Ao longo da luta árdua dessa comunidade contra as pressões do fazendeiro, da SPVS e de órgãos ambientais, foram denunciados pelos moradores crimes ambientais cometidos pelo próprio fazendeiro, como o desvio de um rio e o uso indiscriminado de agrotóxicos, os quais não receberam atenção, nem dos órgãos ambientais, nem da SPVS.

²¹ http://www.oeco.com.br/maria-tereza-jorge-padua/16283-oeco_18681

A comunidade começou a realizar pequenos trabalhos de reflorestamento e, a partir da opção pela agroecologia, foi escolhida a proposta de trabalhar coletivamente através do sistema agroflorestal, como proposta principal para futuramente gerar renda para as famílias. Além disso, cada uma das famílias terá sua área individual para sua subsistência básica. Uma moradora durante o trabalho de recuperação com agrofloresta de uma das áreas degradadas pelo fazendeiro, conta:

“Eu mesmo eu tenho quatro anos que mora aqui e eu gosto. (..) Trabalho aqui, tenho um terreno também, e trabalhamos no coletivo. (...) No coletivo consegue que tudo mundo ajuda, aí vai, é muito bom, é muito gostoso (...) No futuro aqui, mais tarde, vai ser um mato que vai virar uma agrofloresta(..) para poder ter renda para mim e para todas as companheiras, no futuro penso assim (..) E é bonito, entrar aqui dentro, ver as árvores, as plantas. A gente não trabalha só pensando no dinheiro, a gente trabalha pensando na vida também. A gente trabalha com muito orgulho, com muito amor. Porque a planta é uma vida igual a gente, sente sede também (..) Eu morei na cidade, (..) a cidade é um horror. (..) Aqui não, a casa fica tudo aberta. (..) E para minhas crianças, esse lugar é um paraíso. (...) Aqui não tem nada de violência.”

A área do acampamento faz limite com a área da SPVS, mas, segundo os moradores, as áreas de florestas sob controle das comunidades estão em melhores condições, se comparadas com as áreas da SPVS. Essa informação e o depoimento da moradora contradizem por completo as afirmações do relatório da SPVS citada acima.

Futuro ameaçado

Perto de uma das comunidades encontra-se uma casa no meio da floresta onde a SPVS faz pesquisas das espécies da Mata Atlântica, graças à parceria com o banco privado HSBC, através da Parceria de Clima (*HSBC climate partnership*, no original, em inglês). Segundo o site da HSBC, trata-se de um “*programa ambiental inovador*” para “*dar continuidade à preservação do planeta*”.²²

Enquanto isso, o futuro das comunidades está extremamente ameaçado se a proposta de preservação das áreas florestais da SPVS e da Fundação Boticária, que contam com todo o apoio do aparelho estatal, principalmente da área ambiental e da área policial, continuar dominando na região. É absolutamente urgente que parem o abuso e a perseguição das comunidades. O que ocorre nessa região, conforme testemunham os moradores, são violações graves dos direitos humanos, inclusive sociais, culturais e ambientais.

Uma moradora resume:

“Sim, a gente sempre manteve a floresta. Só que, às vezes, a gente precisa derrubar alguma coisa também, às vezes a gente precisa construir uma casa, precisa tirar uma madeira. No caso, não pode e, aí, fica difícil. (...) Antes a gente fazia para plantar roça onde hoje você não pode mais. Quando a SPVS entrou, acabou tudo. Onde meu pai morava, hoje não pode mais. Antes não comprava feijão, não comprava milho, muitas verduras plantava, que podia desmatar um pouco, não mata alta, mais baixa, ele roçava, plantava, ele colhia a maioria das coisas da terra. E hoje não pode plantar, tudo tem que comprar. (...) Antes, a gente não via enfermidade. Hoje, a maioria vive até doente, muitos. (...) Eles falaram, prometeram, que iam ajudar meu pai mas, até hoje, a gente nunca viu nenhuma ajuda, sempre piorou porque, no caso, eles falaram que iam ajudar e depois veio a Força Verde e ainda queriam levar meu pai preso. Essa é a ajuda deles.”

²² <http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/sobre-o-hsbc/sustentabilidade/meio-ambiente/hsbc-climate-partnership>

A economia verde versus uma economia de vida

A situação enfrentada pelas comunidades ouvidas é um exemplo e, ao mesmo tempo, um alerta sobre a perversidade da proposta de *economia verde* que está em pauta na Conferência chamado Rio+20 em junho de 2012. Um dos pilares da Economia Verde é justamente o comércio em serviços ambientais, como carbono, biodiversidade e água. Os projetos em Paraná mostram que esse tipo de “economia” permitirá uma verdadeira lavagem verde de atividades poluidoras das empresas patrocinadoras das áreas florestais em questão, enquanto a privatização e controle dessas áreas provocam diversas violações de direitos das mulheres e homens moradores das comunidades.

Por um lado temos como patrocinador da SPVS, por exemplo, a Chevron, que além de provocar emissões com suas atividades de extração e queima de petróleo, provoca mais degradação ambiental, por exemplo, através do acidente de vazamento de petróleo, contaminando o meio ambiente marinho, no Campo da Frade na Bacia de Campos, Rio de Janeiro, em novembro de 2011²³, e outro acidente ocorrido em março de 2012, na mesma região. A indenização pedida pelo Ministério Público Federal do Brasil em relação ao acidente de novembro de 2011 é de R\$ 20 bilhões, cerca de US\$ 12 bilhões.²⁴ Para esta empresa, é bastante cômodo poder contar com um projeto do tipo da SPVS para pintar sua imagem de verde, enquanto degrada o meio ambiente.

A Fundação Boticário tem buscado contratar novos empregados para atuar “*em pagamento por serviços ambientais e economia verde*”.²⁵ Nessa lógica, a posse de áreas como a Reserva Natural Salto Morato “compensaria” através dos “serviços ambientais prestados”, como água, carbono e biodiversidade, para as atividades produtivas presentes e futuras da empresa e/ou de outras empresas, na suposição falsa que seria possível continuar com o atual modelo de produção e consumo e, ao mesmo tempo, cuidar do meio ambiente, do clima.



²³ <http://www.cartacapital.com.br/carta-verde/foi-a-mae-natureza-diz-executivo-da-chevron-sobre-acidente/>

²⁴ http://www.dnonline.com.br/app/outros/ultimas-noticias/38,37,38,72/2012/03/18/noticia_interna_brasilemundo,94018/apos-acidente-executivos-da-chevron-estao-impedidos-de-deixar-o-brasil.shtml

²⁵

A economia verde permitiria que a economia poluidora e destruidora possa continuar a todo vapor, mas suas propostas concretas de “preservação”, acabam destruindo as economias locais tradicionais, de subsistência, que buscam contribuir exatamente com a conservação das florestas, fazem parte delas. Mas na lógica da *economia verde*, as famílias são ameaçadas e expostas à perseguição, doenças e falta de trabalho e renda. E a crise climática que tende a se agravar se a proposta da *economia verde* for implementada, afetará ainda mais as florestas e a vida dessas pessoas.

Mas a realidade do Paraná mostra também que as comunidades resistem. E elas nos oferecem uma série de elementos para repensar o modelo de desenvolvimento perverso que a *economia verde* busca consolidar. Por exemplo, as próprias famílias praticam a recuperação da natureza. Mostram que o ser humano faz parte e depende da natureza, que a natureza é uma riqueza que possibilita para que o povo possa “viver bem”, conservando e desfrutando uma verdadeira riqueza.

Portanto, é importante ouvir essas comunidades para pensar outros rumos para o modelo de desenvolvimento dominante, privilegiando a vida em vez do lucro. É preciso aprender com elas para encontrar inspiração e novos caminhos. Algumas dicas podem ser encontradas no depoimento seguinte de um morador do assentamento do Rio Pequeno, quando explica o sistema agroflorestal que ele implementou em torno da casa dele numa área que tinha sido desmatada e degradada pelo fazendeiro:

“Aqui é uma adubação verde, uma área de recuperação com adubação verde. Essa chama-se mucuna, é uma planta leguminosa que produz muita matéria orgânica para o solo, ela produz biomassa, matéria orgânica. Ou seja, ela produz carbono. As transnacionais utilizam a floresta para produzir carbono, a gente produz com adubação verde, com a mucuna, com napiê, com leguminosas que coletam os nutrientes que estão no ar e repõem para o solo, então, temos um projeto de ‘sequestro de carbono’ [*risos*], com agroecologia e para comunidade, não para as transnacionais.(...) É um projeto que produz riqueza para o solo e fertilidade para que nos produzirmos alimentos. É o contrário dos projetos das transnacionais que eles captam carbono através do uso das florestas para supervalorizar no mercado capitalista (..) A floresta é para o homem viver. Deus deixou para a comunidade, o povo, ter qualidade de vida na floresta, apesar que ela está concentrada nas mãos dos especuladores. Os governos estão nessa lógica do capital. Não é só a floresta, é a água, solo, é toda a biodiversidade que existe numa floresta. (...) para nos aqui a floresta é nossa casa, é nosso modo de viver”.